

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 794.847 - RS
(2015/0257864-5)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : FLOHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : FABIO LUIS DE LUCA E OUTRO(S) - RS056159
RENAN DE VARGAS BARRETO - RS081314
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORA : SIMONE ZANDONA LIMA E OUTRO(S) - RS041163

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO EM AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. MANDADO DE SEGURANÇA. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973 QUE NÃO SE VERIFICA. É POSSÍVEL A INCLUSÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, INDEPENDENTEMENTE DE SUA COBRANÇA MEDIANTE EXECUÇÃO FISCAL (PRECEDENTES: AGRG NO ARESP 800.895/RS, REL. MIN. HUMBERTO MARTINS, DJE 5.2.2016; AGRG NO RMS 31.551/GO, REL. MIN. BENEDITO GONÇALVES, DJE 24.8.2010). AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO PARA TORNAR SEM EFEITO A DECISÃO DE FLS. 457/458. AGRAVO DA EMPRESA CONHECIDO PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO.

1. Trata-se de Agravo Regimental interposto por FLOHA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. contra decisão que negou provimento ao seu Agravo em Recurso Especial (fls. 457/458).

2. Em suas razões (fls. 461/463), a agravante alega, em suma, que refutou devidamente a fundamentação da decisão agravada, além de argumentar que não cabe ao Tribunal de origem julgar o mérito do Recurso Especial. Pugna pela sua reconsideração ou pela apresentação do feito em mesa, para que seja admitido o Apelo Nobre.

3. Não foi apresentada impugnação pela parte adversa, consoante certificado, às fls. 474.

4. É o breve relatório.

5. Assiste razão à agravante, porquanto, ao que se

verifica, de fato, houve, nas razões do Agravo em Recurso Especial, suficiente impugnação à decisão denegatória do Apelo Nobre, razão pela qual torna-se sem efeito a decisão ora agravada, e passa-se a proferir novo juízo de admissibilidade.

6. Cuida-se de Agravo em Recurso Especial interposto contra a decisão denegatória de admissibilidade de Recurso Especial, interposto com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR PARA EXCLUIR O NOME DA REQUERENTE JUNTO AO SERASA. IMPOSSIBILIDADE.

É possível a inclusão de débitos tributários inscritos em dívida ativa nos cadastros de proteção ao crédito, independentemente de sua cobrança mediante execução fiscal.

Precedentes do STJ.

Apelo desprovido (fls. 229).

7. No Apelo Nobre (fls. 291/323), a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 535 do CPC/1973 e 97, V do CTN, além de divergência jurisprudencial.

8. Sustenta, primeiramente, que, a despeito da oposição dos Declaratórios, persiste omissão no acórdão recorrido.

9. Afirma que o juízo de valor proferido pela Corte de origem ao art. 198 do CTN não foi sua pretensão de abordagem, sendo a matéria arguida na Apelação tão somente de cunho constitucional. Nesse aspecto, defende que *o acórdão adotou a conclusão totalmente precipitada e equivocada de que a inscrição da recorrentes no cadastro da SERASA consistiria em mero direito à informação/divulgação dos créditos inscritos, conforme previsão do artigo 198, § 3º., II do CTN* (fls. 306)

10. Assinala que, *ao proceder à inscrição na SERASA, a*

autoridade coatora viola direito líquido e certo das recorrentes em manter o exercício regular de suas atividades econômicas, violando frontalmente o art. 170 da CRFB/88 (fls. 314).

11. É o relatório.

12. O inconformismo não merece acolhimento.

13. Não se vislumbra a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/1973. O tema devolvido ao conhecimento do Tribunal de origem foi integral e fundamentadamente resolvido, ainda que sob ótica diversa da pretendida pela parte.

14. No mais, constata-se que a fundamentação do julgado, além de estar amparada na interpretação de legislação local (Lei Estadual 6.537/73), a conclusão de que *é possível a inclusão de débitos tributários inscritos em dívida ativa nos cadastros de proteção ao crédito, independentemente de sua cobrança mediante Execução Fiscal*, encontra amparo na jurisprudência desta Corte. Veja-se:

TRIBUTÁRIO. PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DÍVIDA FISCAL. INSCRIÇÃO DO DEVEDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DE CRÉDITO. SERASA. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ.

1. *Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida.*

2. *Descumprido o necessário e indispensável exame dos dispositivos de lei invocados pelo acórdão recorrido, apto a viabilizar a pretensão recursal da recorrente, a despeito da oposição dos embargos de declaração. Incidência da Súmula 211/STJ.*

3. *Não configura contradição afirmar a falta de prequestionamento e afastar indicação de afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que é perfeitamente possível o julgado se encontrar devidamente fundamentado sem, no entanto, ter decidido a causa à luz dos preceitos jurídicos desejados pela postulante, pois a tal não está obrigado.*

4. *"É possível a inclusão de débitos de natureza tributária inscritos em dívida ativa nos cadastros de proteção ao crédito,*

Superior Tribunal de Justiça

independentemente de sua cobrança mediante Execução Fiscal" (RMS 31.859/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1/7/2010).

5. *O teor da Súmula 83/STJ aplica-se, inclusive, aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional. Precedentes.*

6. *Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles.*

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp. 800.895/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 5.2.2016).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INSCRIÇÃO DE DEVEDORES TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DE GOIÁS NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SERASA). PREVISÃO NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. POSSIBILIDADE. SÓCIO-GERENTE QUE NÃO PARTICIPA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL, EMBORA REGULARMENTE NOTIFICADO. INSCRIÇÃO DE SEU NOME EM DÍVIDA ATIVA DO ESTADO. ALEGAÇÃO DE NÃO OBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES DO ART. 134 E 135 DO CTN. IMPERTINÊNCIA. ÔNUS DA PROVA QUE INCUMBE ÀQUELE QUE FOI INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA. RESP N. 1.104.900/ES (ART. 543-C DO CPC). AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. *Agravo regimental no qual se discute a possibilidade de inscrição dos impetrantes no cadastro do Serasa, em virtude de débito tributário inscrito em dívida ativa.*

2. *O ato de inscrição dos impetrantes no cadastro do Serasa se deu, regularmente, conforme as disposições da legislação estadual e decorreu, diretamente, do inadimplemento de obrigação tributária, que foi discutida em regular procedimento administrativo tributário, cuja decisão final não foi impugnada pela recorrente.*

4. *"É possível a inclusão de débitos de natureza tributária inscritos em dívida ativa nos cadastros de proteção ao crédito, independentemente de sua cobrança mediante Execução Fiscal" (RMS 31.859/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 1/7/2010).*

5. *No que toca ao sócio-gerente, a alegação*

Superior Tribunal de Justiça

recursal de que sua responsabilidade tributária não está respaldada nos artigos 134 e 135 do CTN não tem o condão de assegurar a retirada de seu nome do Serasa, pois, regularmente inscrito em dívida ativa, é o recorrente que tem o ônus de demonstrar que não se enquadra na hipótese legal de responsabilidade tributária, nos termos do que foi decidido pela Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.104.900/ES, de relatoria da Ministra Denise Arruda e que foi realizado na sistemática do art. 543-C do CPC.

6. Agravo regimental não provido (AgRg no RMS 31.551/GO, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 24.8.2010).

15. Diante dessas considerações, torna-se sem efeito a decisão de fls. 457/458, e, em novo julgamento, conhece-se do Agravo da Empresa para negar-lhe provimento.

16. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR